

##ATO Portaria G.P. N° 242/2009

##TEX O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve: Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça do Maranhão, do **Anexo I - Demonstrativo de Despesa com Pessoal**, parte integrante do **Relatório de Gestão Fiscal** de que trata os artigos 54 e 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, relativo ao período de **Maio/2008 a Abril/2009**, na forma do Quadro anexo.

##DAT São Luís, 25 de maio de 2009.

##ASS Gerson de Oliveira Costa Filho

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2008 A ABRIL/2009

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )</b>	<b>107.219</b>	<b>0</b>	<b>107.219</b>
Pessoal Ativo	<b>98.104</b>	<b>0</b>	<b>98.104</b>
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)			<b>0</b>
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	13.094		13.094
Demais Despesas com Pessoal Ativo	85.010		85.010
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.115		9.115
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)			<b>0</b>
<b>( - ) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (Art. 19, §1º da LRF) ( II )</b>	<b>23.491</b>	<b>0</b>	<b>23.491</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial	13.094		13.094
Despesas de Exercícios Anteriores	1.356		1.356
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.041		9.041
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>83.728</b>	<b>0</b>	<b>83.728</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL ( IV )</b>			<b>420.877.832</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100</b>	<b>0,019894%</b>	<b>0,000000%</b>	<b>0,019894%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,026353%</b>		<b>110.914</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,025035%</b>		<b>105.368</b>

FONTE: SIAFI – CONOR / SIAFI GERENCIAL

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
- 2) As Sentenças de Pequeno Valor (SPV) totalizaram R\$ 1.279 mil e os Precatórios da Administração Direta totalizaram R\$ 11.815 mil.
- 3) Foram recebidos destaques para pagamento de Precatórios da Administração Indireta no montante de R\$ 1.693 mil.

Gerson de Oliveira Costa Filho

Desembargador Presidente

Domingos Carlos dos Santos Neto

Diretor Geral

Flávia Regina Rêgo Cordeiro

Diretora de Orçamento e Finanças

Celson de Jesus Moreira Costa

Chefe do Serviço de Controle Interno

Mauro Fabrício Soares Pereira

Chefe do Setor de Contabilidade Analítica